

Introdução

Ao longo da história, acontecimentos que se apresentam fluidos, dispersos, estilhaçados ou difíceis de ler de repente agregam-se, ganham força dando aos historiadores – mais do que aos observadores diretos – a possibilidade de aí verem uma viragem, um corte, uma rutura: 1648 e o Tratado de Vestefália; 1776 e 1789, as revoluções norte-americana e francesa; 1848, as revoluções sociais na Europa; 1917-1919, as revoluções bolcheviques; os anos 1930 e a queda das democracias em proveito dos totalitarismos; 1945 e o triunfo dos Estados Unidos e da URSS; 1989, a queda do muro de Berlim e o desmoronar do império soviético entendidos como «o fim da História».

Os norte-americanos utilizam um termo que lhes permite sintetizar esta solidificação das coisas e esse tempo em que tudo se altera. Eles falam em *momento*, e fazem-no nomeadamente em relação àquele que se constitui como o ato fundador dos Estados Unidos e que podemos escolher qualificar como um milagre ou um golpe de Estado: o *Philadelphia moment*. É ao violarem o mandato imperativo que lhes tinha sido confiado que os *Founding Fathers* dão origem não só à Federação mas também àquele que se tornará, muitos anos depois, o modelo democrático de referência. Seremos nós, nos dias de hoje, espectadores ainda inconscientes de uma rutura dessa envergadura? A rutura desencadeada pelo capitalismo globalizado no seio dos sistemas democráticos, que permitiu o seu nascimento e favoreceu o seu desenvolvimento, e que, como meros aprendizes de feiticeiros, deixaram que a chama lhes fosse roubada.

A primeira globalização, a dos anos 1880-1914, abalou a principal democracia do mundo mas fê-lo em nome de valores democráticos mais ambiciosos ou mais utópicos. O People's Party

(o primeiro movimento populista da história) tinha como missão reformar uma democracia qualificada como injusta, desigual e corrompida. Mas esse movimento nascido nos Estados Unidos – sem esquecer mobilizações de carácter antirrepublicano, autoritário e reacionário ocorridas sob a égide do general Boulanger, em França – não se espalhou como uma mancha de óleo. Foi necessário chegar a 1917 para que o povo se adentrasse pelo palco político num quadro completamente diferente, provocando a queda dos impérios autoritários por causa do prolongar da guerra e da derrota que se apresentava iminente.

A globalização que vivemos atualmente não é menos interessante no que a revoluções diz respeito, sejam elas tecnológicas, económicas, financeiras ou sociais, e tão poderosas que os sistemas políticos não podem deixar de ser afetados. Desde há um quarto de século, as democracias giram no vazio e isso numa altura em que se pensava que estas seriam insubstituíveis, que não teriam competição à altura. Paradoxalmente, a ausência de uma alternativa credível tornou-se no seu calcanhar-de-aquiles. Como aparentemente elas já não estavam sob ameaça, as suas taras e as suas fraquezas congénitas surgiram à vista de todos; tanto mais que, no seguimento desse processo, triunfava completamente isolado o *compagnon de route* do regime democrático: o mercado. A política e a democracia tiveram de se submeter a esse parceiro ainda mais poderoso pelo facto de o terem libertado da sua gaiola estatal e nacional. Pode-se, desde Maquiavel e Hobbes ou posteriormente Max Weber, reconhecer ao Estado o monopólio legítimo da violência no interior das suas fronteiras, mas o rei vai nu quando as forças económicas já não são de sítio nenhum e certos Estados promovem sem pestanejar a «liberdade de ter raposa no galinheiro»,¹ seja por conveniência económica e geopolítica (os campeões nacionais), ou seja porque certos Estados encontram aí a sua razão de ser ou de sobrevivência (Estados-pária, paraísos fiscais). Um primeiro alicerce dos sistemas democráticos (ou não) desaba quando o mercado global vence o estado-nação territorializado.

Um segundo abalo afeta apenas as democracias – que assentam todas, embora em graus variáveis, sobre sistemas de representação

¹ Para uma análise da transformação da democracia sob a influência do mercado, ver o estudo de carácter sociológico de Colin Crouch, *Post-Democracy* (Cambridge: Polity, 2004 [trad. fr. *Post-Démocratie* (Zurique: Diaphanes, 2013)]).

e de mediação. Entre o topo e a base, um vasto conjunto de regras e de instituições permite a comunicação, a troca, a tomada de decisão e o controlo. Alguns princípios estruturam o todo: o princípio de seleção das elites a todos os níveis, políticos ou não; a delegação de poderes em mandatários (*agent*); o exercício do poder sob o olhar e a vigilância dos mandantes (*principal*), em princípio detentores da autoridade legítima. O conjunto destas relações é ordenado por organizações coletivas que servem de correias de transmissão, de instrumentos de proposta, de organização e, posteriormente, de governo em caso de vitória eleitoral: os partidos ou movimentos políticos. Por razões que serão analisadas mais adiante, os partidos e outros corpos intermediários tradicionais, pilares dos sistemas democráticos contemporâneos, desmoronaram-se por todo o mundo ou encontram-se num estado lamentável. A sua mera sobrevivência deve-se sobretudo a artifícios jurídicos e financeiros que lhes concedem um adiamento, apesar da sua quase morte clínica. Há trinta anos podia-se doutamente falar do *two-party system* na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos, do *parteienstat* na Alemanha ou da *partitocrazia* na Itália. Todos estes termos se tornaram obsoletos com o declínio e o estado evanescente dos partidos tradicionais. Também se assistiu à dupla crise do Estado nacional e da democracia nos países onde esta existe em proveito do mercado.

Mas não foi só isso. Nos países ocidentais, o lugar do indivíduo é central. Ele justifica a existência de direitos individuais, civis, económicos e políticos, além da própria garantia do seu exercício. Se o indivíduo se manteve sempre no centro do sistema, fosse enquanto ator económico (o *homo oeconomicus*) ou político (o cidadão), tal não impediu o recurso a sistemas de mediação e de organização. Hoje em dia, graças às novas tecnologias, o indivíduo pode pensar que é o dono do universo, visto que em todos os aspetos da sua vida privada e pública ele não tem, ou já não tem, necessidade de nenhum tipo de intermediação. Graças à informática, ele tem acesso a todo o saber do mundo. Com a internet já não são precisos intermediários: agências de viagem, lojas físicas, burocratas de carne e osso, jornalistas, conselheiros ou representantes.² Todo esse mundo antigo sobrevive mas está em declínio, isto quando não é já a sombra de si mesmo.

² Giuliano Da Empoli, *La rabbia e l'algoritmo* (Veneza: Marsilio, 2017).

A política não pode escapar a este sismo. Da mesma forma que a difusão da *Bíblia* de Gutenberg permitiu o exercício do livre-arbítrio e a recusa do dogma, a internet – com um poder de fogo e uma celeridade nunca vistas – faz de cada cidadão/ utilizador um igual a qualquer outro, dá o mesmo peso a qualquer opinião ou preferência, seja ela informada, sábia, brilhante, ignorante, inovadora, gasta ou monstruosa. O movimento dos Coletes Amarelos é uma amostra dos desafios que os sistemas democráticos contemporâneos vão ter de enfrentar. Cada indivíduo é como Sansão a demolir as colunas do templo: ele destrói, provavelmente sem mesmo o pressentir, os fundamentos do regime representativo³ que estão na base da democracia, *todas* as democracias sem nenhuma exceção, mesmo se entre estas há muitas *nuances*. O início do terceiro milénio será provavelmente analisado como o «momento» que abanou as crenças, as ficções e as convenções que permitiram a edificação da democracia ao longo dos dois últimos séculos. Mas, ao mesmo tempo, a transformação em curso usa e abusa de palavras e conceitos que estruturaram a história da construção democrática.

A sorte das palavras e das ideias tem muitas vezes que ver com as ambiguidades ou mesmo as contradições de sentido e de valor que lhes são dadas. Na Babel dos debates públicos nacionais e internacionais, o *top* das palavras mais utilizadas é ocupado por termos como democracia, direitos, povo, nação. A sua utilização é de tal forma excessiva que se torna difícil que alguém se entenda quanto ao seu significado e ao seu alcance. As palavras são reduzidas ao estado de *slogans*, de manifestos simplistas por projetos de carácter antinómico. Duas delas, em especial, estão no centro das batalhas ideológicas e políticas: democracia e povo. Dois conceitos que são centrais na organização do poder no período contemporâneo, da mobilização das massas e do combate de ideias. Não são termos novos. Um e outro fazem parte da herança cultural plurimilenar do Ocidente e estão no centro do pensamento político contemporâneo, ao ponto de se terem tornado universais. Todavia, o que estas ideias-mestras ganharam em extensão foi em parte perdido quanto ao conteúdo que elas transmitem.

³ Pierre Rosanvallon, *Le Bon Gouvernement* (Paris: Seuil, 2015) e *La Contre-démocratie, La Politique à l'âge de la défiance* (Paris: Seuil, 2006); Dominique Reynié, *Populismes: la pente fatale* (Paris: Plon, 2011).

Após a II Guerra Mundial, a Guerra Fria e o conflito ideológico com o mundo soviético ocultaram em grande parte a necessidade de clarificar o sentido destas palavras mágicas, portadoras de esperança para os governados e de legitimidade para as elites governantes. O desmoronar da União Soviética e dos seus estados vassallos libertou as democracias ocidentais da anterior necessidade de lhes fazerem frente e, portanto, estas não têm se interrogar muito sobre os conceitos que fundam a sua existência e o seu funcionamento. Elas estavam, aliás, tão certas de si próprias que pensaram ascender a uma supremacia ao mesmo tempo universal e incontestável.

Os ventos mudaram de direção: desde o início dos anos 1990, o debate não parou de ganhar relevância e focou-se nos pilares dos sistemas políticos, tecendo uma crítica radical e alternativa.⁴ Os contestatários não pretenderam imaginar novos fundamentos para o poder ou propor uma alternativa às democracias em vigor. Contrariamente ao que sucedeu no passado em que, por exemplo, a contestação à ideia de soberania popular era feita em nome do direito natural ou da suposta incompetência do povo, em que a rejeição da democracia era motivada pela defesa da ordem divina ou pelo temor das massas, atualmente o ângulo de ataque é o do desvio, da captação ou da corrupção dos ideais em proveito de cliques, de castas privilegiadas detentoras oficiais ou escondidas do poder. Os adversários dos sistemas em vigor falam ou pretendem falar em nome de um povo que teria sido desprezado pelos partidos e pelas elites privadas ou públicas. Eles pretendem defender uma «verdadeira» democracia, contra aquela que foi desvirtuada por quem controla os seus mecanismos. A luta faz-se, então, revirando o significado das palavras, invocando uma pureza perdida, um mundo idealizado – mesmo que ele nunca tenha existido. O combate ganha tonalidades de carácter religioso, opondo o bem e o mal, os «bons» e os «maus». A política que, tal como a economia, só pode funcionar com o combustível da confiança é atualmente alvo de uma desconfiança generalizada. A internet potencia simultaneamente a circulação de informação falsa e de teorias da conspiração. A suspeita levanta-se por todo o

⁴ Yves Mény e Yves Surel, *Par le peuple, pour le peuple, Le populisme et les démocraties* (Paris: Fayard, 2000); Gheta Ionescu e Ernest Gellner, eds. *Populism: Its Meanings and National Characteristics* (Londres: Weinfeld and Nicholson, 1969).

lado e ao mesmo tempo, paradoxalmente, a credulidade difunde-se: a palavra «oficial», seja a de políticos ou de especialistas, torna-se menos credível do que a do cidadão normal, do *uomo qualunque*, seja qual for o tema em causa, do mais banal (o custo de vida) ao especializado (as vacinas, os medicamentos, a energia nuclear).⁵

Este combate, estas lutas contra o «sistema», o «*establishment*», os partidos, as elites, são menos travados em nome da proposta de uma nova ordem política (as propostas são muitas vezes rudimentares e simplistas) do que por um *cocktail* de emoções e de paixões. Quando a democracia pretende pacificar a situação e recolocar a violência física no quadro das disputas verbais (nada melhor para compreender esta mutação do que ver a *Question Time* na *House of Commons*: o ritual é um duelo sem confronto direto), a política contemporânea manifesta o regresso à violência bruta mesmo se esta se mantém ainda o mais das vezes, e felizmente, a nível da linguagem e do discurso. O ato de votar torna-se menos a expressão de uma escolha do que uma guilhotina simbólica. A linguagem morna dos partidos, sejam do governo ou da oposição, dá lugar a uma linguagem virulenta, grosseira ou mesmo insultuosa que os partidos populistas legitimam afirmando falarem a «linguagem do povo». Está-se longe da «oposição de Sua Majestade» e mais perto da invetiva ou da injúria. A etiqueta da civilidade política dá lugar a *tweets* muitas vezes tão sumários quanto injuriosos não apenas a nível nacional [francês] mas, a partir do mandato de Donald Trump, também além-fronteiras.

No entanto, o pior nem está nos líderes, travados pelos códigos penais e respetivas sanções. O anonimato da internet permite todo o descarregar de paixões, cóleras e frustrações. Assiste-se, ali, à encarnação do *incipit* de *Léviathan*, de Hobbes, «*Homo homini lupus est*», o homem é um lobo para o homem. Seja qual for a legitimidade de alguns estados de raiva popular, a deriva é ao mesmo tempo manifesta e assustadora. Devido a um efeito de habituação, inimaginável ainda há poucos anos, tanto a nível nacional como internacional, as democracias parecem acostumar-se a tudo: do regime filipino que apela aos cidadãos para assassina-

⁵ Um estudo IPSOS MORI efetuado na Grã-Bretanha em 2016 para o VERACITY Index mostra que embora mais de 90% das pessoas interrogadas tenham confiança nas suas enfermeiras ou nos seus médicos, apenas 15 % acreditam que os políticos digam a verdade. De notar, por contraste, que 68% têm confiança nas informações dadas pelas suas cabeleireiras...

traficantes de droga e prostitutas, ao assassinato planejado de um opositor político no interior do consulado do seu próprio país; do desaparecimento furtivo de opositores chineses à manipulação descarada do Estado de direito e das instituições no regime herdado de Hugo Chávez; da colocação, por parte de Donald Trump, no mesmo plano, de manifestantes negros e criminosos supremacistas brancos, etc.

Nada escapa a esta fúria destrutiva: nem as regras, nem as convenções, nem as instituições, nem os valores. Tal seria anedótico se o fenómeno apenas ocorresse num único país ou durante um período transitório. Mas é o inverso que se passa. O cinismo espalha-se por todo o lado, práticas que se julgavam reservadas às horas negras da civilização regressam sob novas roupagens. Mesmo as melhores causas se podem perder por ali: as palavras de ordem «balance ton...» [«denuncia o teu...»] não são mais do que o regresso a práticas de delação generalizada. Desde a altura em que a Sereníssima República de Veneza instalou no muro do Palácio dos Doges uma caixa de correio para denúncias anónimas, todos os regimes autoritários e totalitários recorreram amplamente a esta detestável prática. Os nazis, os fascistas, os soviéticos, o regime chinês cultivaram estes vícios até ao ponto de incitarem à denúncia no seio das próprias famílias. Sem se darem conta e com a bênção da opinião pública, ou até da imprensa, o veneno, graças à combinação do anonimato com a internet, infiltra-se no interior das democracias. Longe de exprimirem a virtude cívica, estas práticas negam a sua existência e a possibilidade.

Revolta, revolução? Provavelmente, as duas. A revolta é incontestável e generalizada. As democracias, até agora, resistiram mas à custa de concessões por vezes indignas como aconteceu, por exemplo, na Dinamarca. A defesa dos direitos humanos, prioridade dos anos 1980-1990, foi ofuscada em prol da *real politik* económica ou geoestratégica. Porque se o edifício institucional dos sistemas democráticos conseguiu resistir bastante bem até agora, ele parece-se cada vez mais com aquelas árvores doentes que caem à primeira inesperada rabanada de vento. A casca ainda se aguenta mas a seiva já não está lá.

Todavia, nem tudo está perdido. Não é a primeira vez que a democracia é contestada, ou mesmo detestada: ainda a despontar, ela foi combatida pelas potências conservadoras do Congresso de Viena de 1815, esmagada no ovo pelas forças de Versalhes,

condenada pelo papado, assassinada pelos nazis e pelos fascistas, traída pelos comunistas, denegrida pelas esquerdas radicais, pouco apreciada por elitistas como Gaetano Mosca ou Benedetto Croce, odiada pelos reacionários de todos os quadrantes,⁶ de Carl Schmidt a Maurras. No entanto, nunca é de mais repetir que não há alternativa credível à democracia exceto a queda na anarquia (temporária) seguida do afundar num regime autoritário ou ditatorial. Em contrapartida, a democracia é um livro aberto no qual nenhuma das páginas está escrita. As democracias foram inventadas, modificadas, adaptadas, e estão longe de terem esgotado os recursos da imaginação e da experimentação tanto a nível nacional (um laboratório velho de dois séculos) como a nível europeu (onde, diga-se o que se disser, muitos progressos – insuficientes – foram feitos) ou global (neste caso, a página está praticamente em branco). Se há uma «revolução» a fazer, é mesmo aí que há que a realizar: como voltar a colocar o mercado, esse ectoplasma ao mesmo tempo abstrato mas tão poderoso, sob a alçada da política e se possível sob formas «democráticas» ainda por inventar?

Este livro tenta ter uma visão mais clara sobre estas questões, e para tal irá revisitare os conceitos estruturantes do poder à luz dos debates (seria sem dúvida mais exato falar em diatribes...) que atravessam a vida política das democracias contemporâneas e que aumentam em intensidade – mas não em clareza – desde há uma trintena de anos.

Ele parte, antes de mais, de uma constatação: após um breve período de euforia, o desencantamento democrático (capítulo 1) é inegável, geral e multiforme. Sondagens de opinião, eleições locais ou nacionais, declínio dos partidos de governo, abstenção eleitoral ou movimentos sociais, tudo concorre para comprovar um afastamento dos cidadãos em relação aos seus governos e às suas instituições. A desconfiança está por todo o lado.

O capítulo 2 visa, em seguida, compreender melhor a criação histórica da democracia e destaca o carácter heteróclito e muitas vezes não democrático do seu conteúdo. Reina a maior das confusões quanto ao que é realmente a democracia, que só se tornou possível pelo recurso à mediação e à representação, além de outras *bricolages* várias.

⁶ Jacques Rancière, *La Haine de la démocratie* (Paris: La Fabrique, 2005).

O capítulo 3 dedica-se ao conceito central de qualquer democracia e, por extensão, de praticamente todos os regimes políticos, qualquer que seja a sua natureza, no século XX: o povo. O povo incensado, mitificado, glorificado na sua abstração soberana mas desde há dois séculos acantonado, controlado, reduzido ou submetido. Este embaraçoso cadáver está no centro das polémicas. A cada um o seu «povo», de certa forma.

O capítulo 4 debruça-se sobre um auxiliar do povo, que se tornou indispensável por via do seu conhecimento e da sua competência, o «tecnocrata», agora entendido como o inimigo a abater e o arquétipo dessas elites que despojaram o povo das suas prerrogativas e o colocaram em regime de servidão em nome de interesses inconfessados e inconfessáveis.

O capítulo 5 analisa uma das reviravoltas mais surpreendentes da história no decurso dos dois séculos anteriores: como é que o liberalismo pensado como antídoto para a «democracia» (entendida como poder das massas) acabou por se identificar com a democracia real, ao ponto de os avanços do iliberalismo observados aqui e ali serem vistos e percebidos como as manifestações anti-democráticas mais graves e mais terríveis da crise das democracias.

O capítulo 6 interroga-se sobre a dimensão e o significado dos movimentos portadores desta nova visão do mundo, desta redefinição do povo e da democracia. Os populistas que se reclamam do povo e que pretendem encarná-lo contra as elites já não são apenas os contestatários dos regimes estabelecidos. Pouco a pouco, eles tomam as rédeas do poder e erigem-se em atores do «novo mundo».

Por fim, o capítulo 7 examina a radicalização dos populismos europeus e americanos que, de alguma forma, foi premeditada por parte de ideologias direitistas que se consideravam completamente remetidas para o caixote de lixo da História, sobretudo nas suas manifestações mais repugnantes. Claro que nem todos os populismos soçobram nestes maus hábitos, mas é forçoso constatar a força dos ventos dominantes. E eles sopram agressivos.

A conclusão interroga-se, naturalmente, sobre o futuro da democracia, um sistema ao mesmo tempo fonte de frustrações e sujeito a crises repetidas, mas que sempre cultivou o suficiente a sua capacidade de adaptação para sobreviver aos múltiplos naufrágios com que foi ameaçado. *Fluctuat nec mergitur?*